

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data		
26/06/96		
Correio	Página	
J	8	
Seção		
Assunto		
Habitação		

Bahia tem déficit de 40 mil casas por ano

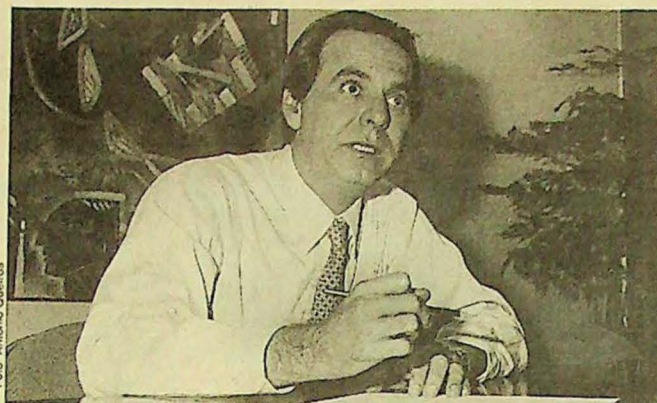
Com um déficit habitacional de 40 mil casas populares por ano, a Bahia não dispõe de nenhum programa nessa área por parte do governo federal e não existe nenhuma perspectiva de que essa situação vá mudar a curto ou médio prazo. A avaliação é da própria Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias da Bahia (ADEMI), que admite não pretender construir nenhuma casa popular na Bahia enquanto o governo, através da Caixa Econômica Federal, não mudar a política habitacional que vem sendo implantada no País.

Revoltado com o que considera um total desconhecimento por parte das autoridades federais no assunto, o presidente da ADEMI-BA, Manuel Suarez, disse que o estado está há mais de um ano e meio sem qualquer unidade construída dentro dos programas habitacionais do governo federal. O último grande programa habitacional na Bahia aconteceu no governo Collor, quando 35 mil unidades foram construídas, algumas delas entregues nos últimos dois anos. "O que existe em termos de obras financiadas, assim mesmo para a classe média, é feito de exclusiva iniciativa das empresas imobiliárias, já que agentes privados, como Bradesco, Itaú, entre outros, não estão mais financiando e a própria Caixa deixou de fazer isso há muito tempo", diz.

Para ilustrar o que considera como falência da política habitacional do governo, Manuel Suarez explica que o Pró-Cred, um programa de financiamento habitacional montado pela CEF, só conseguiu atender a dois mil inscritos, de um total de 800 mil candidatos no Brasil. Na Bahia, de 19 mil candidatos, apenas 102 cartas de crédito foram liberadas pela CEF. O Pró-Cred é destinado para renda familiar de até oito salários mínimos.

DÉFICIT

A crise habitacional na Bahia tende a crescer nos próximos anos, na avaliação do presidente da ADEMI. Atualmente, segundo explicou, existe apenas um programa habitacional em andamento, em parceria com o governo do estado, através da Urbis, no valor de US\$45 milhões, que dá para a construção de três mil novas unidades habitacionais de baixa renda nos próximos dois anos, "número insuficiente para um estado que ne-



Manuel Suarez afirma que a política habitacional precisa mudar

cessita de pelo menos 35 mil novas casas por ano", diz.

No Brasil, o déficit habitacional é estimado em 12 milhões de casas populares e atualmente, na Bahia, apenas a classe média alta tem sido contemplada com novas habitações, feitas pelas construtoras e cujos financiamentos têm prazos entre seis e oito anos, muito distante dos prazos elásticos dos programas habitacionais para a população de baixa renda, que antes existiam, entre 18 e 25 anos de financiamento. "A população de classe média e média alta consegue pagar financiamentos de menor prazo, com prestações mais elevadas, assim como as próprias imobiliárias têm condições de bancá-los dentro desses prazos. Mas a

população de baixa renda não pode e muito menos as construtoras assumir prazos de até 25 anos", explica.

Manuel Suarez explica que contraditoriamente à política de não liberar financiamento para a casa própria, o governo federal dispõe de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre R\$5 a R\$6 bilhões, "que estão lá parados ou sendo utilizados em outra coisa, menos em programas habitacionais". Ele conclui ainda que o setor da construção civil encontra-se quase parado, por falta de obras. "Se o governo liberar 35 milhões de UPFs por ano, daria para construir 120 conjuntos habitacionais e gerar 20 mil empregos diretos", disse.



A ADEMI considera que a crise habitacional na Bahia tende a crescer